

21 de abril



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Na noite do dia 21 de abril de 1960, estava com um amigo na Praça dos Três Poderes. Assisti, maravilhado, às festas da inauguração da nova capital do Brasil. Meu pai foi convidado para o baile de gala, que foi realizado no Palácio do Planalto. Eu e um amigo carioca ficamos passeando pela imensa praça ouvindo o magnífico coral de não sei quantas centenas de vozes, os gritos entusiasmados dos candangos. Vi os fogos. Senti a alegria. A festa atingiu seu ápice quando o presidente Juscelino Kubitschek desceu a rampa, atravessou a rua e se jogou no meio da multidão. Foi um suceder de abraços, parabéns, cumprimento, apertos de mão. Uma senhora beijou-lhe os pés.

Essa imagem foi a minha introdução à ciência política. Brasileiro gosta de empreender, gosta de trabalhar, gosta de emprego. O presidente JK percebeu que o país vivia de costas para seu interior. E tratou de impulsionar a integração nacional. Os brasileiros descobriram o Centro-Oeste e o Norte do país. Até então, viajar a Belém do Pará só era possível por navio ou avião. O Brasil dos anos sessenta era muito diferente do atual. Tínhamos Vinicius de Moraes, Tom Jobim, bossa nova, campeão mundial de futebol, Garrincha e Pelé. O país era alegre e trabalhava para reduzir suas chagas. Era mais ingênuo também.

Revi o presidente JK na redação da *Veja* em 1975. Ele fez uma agradável visita à nossa redação em Brasília, dirigida pelo inesquecível

Pompeu de Sousa. Conversou com cada um dos presentes chamando pelo nome e, no fim, posou para fotografia com a turma. Ganhou o grupo com base na boa conversa. Político de excepcional qualidade. Fenômeno raro na história do país. Só voltei a revê-lo no enterro que saiu da Catedral e foi até o cemitério cercado por populares e admiradores. Entre eles, meu pai, que na época tinha 60 anos. Ajudou a carregar o caixão por todo o percurso.

Os cinco anos em cinco, slogan daquele governo, é a síntese de uma obra de gigante focado e determinado. É preciso lembrar que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo norte-americano eram contra a realização das metas de JK. Ele não deu bola para a oposição, nem para militares mal-humorados e foi em frente. Seu nome entrou na história do Brasil pela coragem de mudar o país. Desde então, os políticos se acovardaram. Um presidente renunciou, tentando o golpe de Estado. Outro foi deposto por militares, que ficaram mais de duas décadas no poder e devolveram o governo aos civis com imensa dívida externa. Foi difícil sair daquela situação falimentar.

Dois presidentes sofreram impeachment e nada foi feito de substancial para o Brasil avançar. A Constituinte foi uma obra bonita e sofrida, culminância do trabalho de Tancredo Neves e seu grupo (no próximo dia 21 de abril, completa-se 40 anos da morte de Tancredo). O presidente José Sarney tem participação expressiva nesse processo. A partir daí, o país passou a ser administrado pela ótica populista de um governo que lança programa atrás de programa para conceder vantagens ao trabalhador, mas

não cria as condições necessárias para a indústria prosperar. O brasileiro deixou de ser profissão-esperança. Ele agora espera a benesse do governo. Há uma acomodação com a chamada renda média, que dispensa sonhos de futuro melhor. O país está estagnado nos discursos dos líderes trabalhistas.

Em tempos recentes, surgiu no país e no mundo esta extrema-direita que é contra tudo o que se chama moderno. Ex-presidente, que está hospitalizado, não deu a menor atenção aos vitimados pela covid, não visitou hospitais nem parentes enlutados e, agora, faz pose de sofredor em hospital. Pleiteia a anistia, esquecido que tramou contra as instituições e chegou a planejar assassinato de ministro do Supremo e dos presidente e vice-presidente da República. O equivalente a ele nos Estados Unidos subverte as relações econômico-financeiras do mundo. Leva o planeta a um confronto muito perto de uma guerra real. Provoca os europeus. Ataca as melhores universidades norte-americanas e expulsa do país quem ele quer. É um autocrata explícito. Espanta que a democracia norte-americana não seja capaz de resistir a esses furiosos ataques aos seus conceitos fundamentais. E à própria economia.

É difícil comparar o Brasil de hoje com o de ontem. Há virtudes e defeitos. Perdemos a ingenuidade. Não temos mais boa música nem futebol de categoria. Os poetas desapareceram. Os sonhadores, também. Os políticos profissionais sumiram. Hoje os parlamentares têm valor porque pertencem à bancada da bala, dos evangélicos, dos agricultores ou de outro grupo qualquer. Alguns pretendem utilizar o mandato apenas para se proteger de eventual processo judicial. A política como exercício de poder para promover o bem público perdeu-se em algum momento no Brasil. O país está órfão de grandes líderes. Situação, aliás, que aflige o mundo neste momento.



Juventude negra precisa ocupar espaços de poder



» DANIEL LOUREIRO
MAGNAVITA DA SILVA
Estudante, diretor estadual de Assistência e Permanência Estudantil da União Estadual dos Estudantes da Bahia (UEES)

As desigualdades sociais do Brasil colocam a classe trabalhadora, principalmente os negros e as negras deste país, em situação de maior vulnerabilidade diante de amarras históricas — desde o período da escravidão e após. Ainda hoje, é negada a cidadania plena a essa parcela que constitui a maior parte da população brasileira. Nós, jovens, negros, latinos, ousamos dizer que, neste século 21, é contraproducente aceitar que ainda haja a não inserção da maioria de um povo nas institucionalidades.

Nas últimas duas eleições — nacional e municipais —, o Brasil contabilizou a obtenção de título de eleitor por milhares de jovens, aumentando significativamente sua presença no quadro eleitoral. Por exemplo, em relação a 2020, a nossa participação foi 78% maior, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, há uma lacuna em aberto: a falta de estrutura dos partidos políticos para furarmos a bolha e entrarmos nas institucionalidades, enquanto juventude negra brasileira. É nítida a carência de recursos específicos para candidaturas jovens, em especial negros e negras, filhos e filhas da classe trabalhadora, que não contam com a herança do capital político e financeiro de familiares.

Seria coincidência, ou não, que são esses mesmos que não têm a herança eleitoral e financeira que constroem e atuam nas pautas de interesse da maioria da população? Seria por acaso que esses jovens são os que estão atuando na União Nacional dos Estudantes (UNE), que estão na linha de frente dos sindicatos e na Central Única dos Trabalhadores (CUT)? Nada de coincidência ou acaso, pois são esses, principalmente, que estão nas comunidades, nas esquinas, que lutam e têm sede de justiça social.

Cabe à juventude negra discutir a escala 6x1, a “uberização” do mercado de trabalho, salientar o questionamento do entregador de iFood que leva comida na portaria de um prédio, mas, por vezes, não tem o que comer em casa. A funcionária doméstica que precisaria deixar o(a) filho(a) em uma creche pública, mas, devido à ausência do Estado, não encontra vaga. A carência de mais oportunidades de primeiro emprego. O sucateamento da educação. Esses são alguns dos temas e realidades que só nós, ocupando as casas legislativas, poderemos tratar com propriedade, pois é uma realidade cotidiana para muitos e muitas de nós, juventude negra.

Do Amapá ao Rio Grande do Sul, nos extremos do país, existe um chamado de luta em curso. É preciso centralizar a juventude negra no combate ao racismo estrutural, na linha de frente da democracia e do Estado Constitucional de Direito, e só iremos conseguir isso com plenitude estando nos espaços legislativos: Congresso Nacional, assembleias estaduais e nas câmaras municipais, trazendo as reais pautas das comunidades, periferias, favelas, subúrbios.

Talvez, só quem consiga falar verdadeiramente de fome ou de situação de rua seja quem, de

fato, já passou por isso ou acompanha essa realidade de mais perto. Talvez, só quem já sentiu na pele algumas dores geradas pelo dito capitalismo selvagem entenda bem como é que a corda pesa mais sobre a população negra e periférica deste país.

O pesquisador Richard Santos cunhou o termo “maioria minorizada”, que identifica a maior parte da população, em acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que se torna minorizada pelo menor acesso ao poder econômico, estruturas socioculturais, educação, mídias tradicionais.

Falar dos temas, das pautas, mobilizar, ir às ruas, ocupar o espaço público com atividades, nós sabemos! Mas, como disse no início, é quase impossível chegar a estar vereador/a, a estar deputado/a, sem recursos dos partidos que sejam específicos para a juventude, em especial para pretos e pretas.

Precisamos fortalecer jovens lideranças e incentivar a participação política, inclusive nos partidos políticos, para chegar ao objetivo maior, que é fortalecer a periferia e suas representações, pois acreditamos que é possível, assim, melhor identificar quais as principais demandas nas áreas de saúde, educação, cultura e cidadania, por exemplo.

A juventude negra estar na construção de políticas públicas é uma ferramenta fundamental para as mudanças do Brasil e, além disso, para a institucionalidade política. Eleger mais jovens é um objetivo dessa geração. Por isso, fazemos e estamos na política. Nós, jovens negros e negras, queremos e podemos atuar para construir um país mais justo, menos desigual e com representações políticas mais diversas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.djf@dabr.com.br



A essência do tarifaço

Muitas têm sido as análises sobre as consequências imediatas e a longo prazo das medidas adotadas pelo presidente Donald Trump conhecidas como tarifaço. A maioria dessas análises é feita por pessoas gabaritadas, que entendem como funciona o complexo setor do comércio internacional entre países. Mas quase nenhum desses estudos olha para o essencial dessas medidas, que, em resumo, segue o que prometeu o então candidato Trump em sua campanha para a Casa Branca. Sendo assim, o tarifaço vem ao encontro do lema daquela campanha: “Tornar a América grande novamente”.

Com isso, endossar as tarifas implementadas por Trump não deve ser visto como um gesto simplista, mas como uma resposta estratégica a um impasse geoeconômico estrutural: a impossibilidade de estabilidade global diante de desequilíbrios comerciais persistentes. A existência de superávits crônicos, como o da China, contrapostos a deficits igualmente crônicos, como os dos Estados Unidos, constitui terreno fértil para tensões geopolíticas latentes e, por vezes, explosivas.

Longe de configurarem uma postura hostil, tais tarifas operam como mecanismos corretivos imprescindíveis frente à lógica expansionista e hegemônica do projeto chinês. Ao erigir barreiras ao livre comércio com Pequim, a administração Trump não apenas busca resguardar a base industrial norte-americana, mas força o Ocidente a confrontar um dilema civilizacional: ou opta-se por Trump e pela reindustrialização da maior economia liberal do Ocidente ou alinha-se ao modelo chinês fechado, de hiperacumulação de capitais, cuja contrapartida é a desindustrialização ocidental.

Nesse caso, há uma série de reflexões econômicas e geopolíticas relevantes sobre a dependência do Ocidente — especialmente dos EUA — em relação à China. A começar pela dependência industrial e vulnerabilidade estratégica, o que acaba por afetar a própria segurança interna estadunidense. A questão é simples. A partir do momento em que o Ocidente reconheceu a China como economia de mercado, a coisa desandou. O Ocidente, ao permitir que a China se tornasse a “fábrica do mundo”, passou a depender intensamente da produção chinesa para itens estratégicos — de produtos eletrônicos a insumos médicos.

Isso gerou logo de saída uma desvantagem para o Ocidente, como os riscos visíveis de interrupções na cadeia de suprimentos, como foi visto na pandemia. A pouca autonomia industrial, todos sabem, compromete a soberania econômica e a segurança interna. Com isso, a China pode usar essa dependência como ferramenta de pressão geopolítica, como já demonstrado em diversas disputas comerciais anteriores. Com a entrada da China, houve, portanto, uma forte desindustrialização ocidental e concentração de renda.

Embora a terceirização da produção para a China tenha reduzido custos em um primeiro momento, essa estratégia causou uma forte desindustrialização em muitos países ocidentais, especialmente nos EUA. Milhões de fábricas fecharam as portas, inclusive no Brasil, gerando não só perda de empregos industriais de qualidade, com impacto direto na classe média. Por outro lado, passou a fortalecer o aumento da desigualdade, pois, enquanto os produtos ficaram mais baratos, os lucros se concentraram nas elites que controlam cadeias globais de suprimento.

Não se enganem, esse modelo, urdido pelo Partido Comunista da China, favoreceu apenas lucros corporativos no curto prazo, em troca do enfraquecimento da base produtiva local, assim como o poder de barganha dos trabalhadores no longo prazo. O “truque” chinês consistiu em mostrar uma fictícia e artificial baixa na inflação, sustentada apenas por uma produção massiva de bens de consumo baratos oriundos da China. Isso beneficiou principalmente consumidores e investidores no Ocidente, mascarando problemas estruturais, que hoje parecem sufochar o Ocidente.

Isso equivale a dizer que o consumo foi financiado por deficits comerciais crescentes, o que vem resultando num falso modelo. Também não houve incentivo para inovação ou reindustrialização interna, já que os produtos chineses eram imbatíveis em preço e em oferta. Vê-se logo que tal modelo é insustentável no longo prazo, pois o produtor (China) acumula poder e influência política ao mesmo tempo em que usa essas vantagens comerciais para reforçar seu poderio militar globalmente. Estratégias econômicas ensinam que qualquer crescimento assimétrico gera riscos geopolíticos, e um prenúncio de guerra.

A frase que foi pronunciada:

"Quando olhamos para isso, precisamos reconhecer o tamanho da Apple, que vale US\$ 4 trilhões em Bolsa. Isso é o PIB da Alemanha. Portanto, com quem Trump estava falando?"

Leonardo Trevisan

História de Brasília

Pois bem. Assim era no começo. Faz muito tempo que deixou de funcionar. A princípio, disseram que haviam comprado os aparelhos, mas não compraram as pilhas, que eram de mercúrio. (Publicada em 29/4/1962)